

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM DIFERENTES PERSPECTIVAS: AMÉRICA LATINA E ÁSIA.

Janaína Gonçalves*

Ricardo Schmidt Filho**

Resumo: Neste texto, busca-se compreender a inserção das economias regionais da América Latina e da Ásia, mais especificamente do Leste asiático, frente ao fenômeno da globalização e ao “novo arranjo” financeiro internacional. Este passou a vigorar após a queda do sistema de Bretton Woods (BW), das crises do petróleo, da terceira revolução industrial, da re-configuração produtiva mundial e mais especificamente discutir que não existe uma única forma de inserção no contexto internacional que vigora no “mundo pós globalização”.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Blocos regionais. Globalização.

Código JEL: O11

Abstract: This text seeks to understand the integration of regional economies of Latin America and Asia, more specifically the East Asia, facing the phenomenon of globalization and the “new arrangement” international finance. This went into effect after the collapse of the Bretton Woods system (BW), the oil crisis, the third industrial revolution, re-configuration of world pro-

* Professora do Departamento de Economia da UFPR e doutoranda do PPGDE/UFPR.

** Doutorando em Desenvolvimento Econômico – UFPR.

duction and more specifically discuss that there is no single form of integration into the international context that exists in “Post globalization world.”

Keywords: Economic development. Regional blocks. Globalization.

JEL code: O11

1 INTRODUÇÃO

Neste texto busca-se compreender a inserção das economias regionais da América Latina e da Ásia, mais especificamente do Leste asiático, frente ao fenômeno da globalização e ao “novo arranjo” financeiro internacional. Este passou a vigorar após a queda do sistema de Bretton Woods (BW), das crises do petróleo, da terceira revolução industrial, da re-configuração produtiva mundial e, mais especificamente, discutir que não existe uma única forma de inserção no contexto internacional que vigora no “mundo pós globalização”. Procura-se avaliar como a questão da mudança institucional passou a ser uma discussão relevante no novo arranjo econômico a partir da década de 1980. Com o renascimento dos ideais liberais, a partir da década de 1970, e de idéias como as de Ohmae (1990), a adoção de políticas globais, que seriam a “única forma” de se desenvolver passaram a surgir cada vez com mais destaque. O que se percebe é que estas idéias, apesar do forte apelo ideológico que trazem consigo, conforme destaca Batista Júnior (2000), vêm sofrendo críticas. Neste trabalho, objetiva-se analisar os casos da América Latina e Sudeste Asiático no que tange aos diferentes modelos de desenvolvimento logrados, especialmente no que tange às mudanças institucionais, ou melhor à adoção ou não ao “pacote mágico” de mudanças que objetivava a condução destas economias ao desenvolvimento.

Seguindo o raciocínio de Hobsbawn (2000), iremos observar os fatos históricos que apontam para as atuais modificações no cenário econômico internacional, pois para este autor “... a economia sem a história é um navio desgovernado e que os economistas sem a história não sabem muito bem para onde o navio está indo.” (pág. 118). Assim a observação e análise das atuais modificações tanto nacionais como do cenário mundial nos conduzirão para uma melhor compreensão do atual baixo dinamismo de nossa economia.

Continuando o raciocínio de Hobsbawn (2000, p.120)

se a economia não pretende ficar refém da história, constantemente tentando aplicar o seu estojo de ferramentas, geralmente com atraso, a desenvolvimentos de ontem que se tornaram suficientemente visíveis para dominarem a cena hoje, ela precisa desenvolver ou redescobrir essa perspectiva histórica. Isso por que esta perspectiva pode não só trazer um sentido para os problemas de amanhã, sobre os quais devemos pensar, se possível, antes de sermos por eles engolfados, como também para a teoria do amanhã.

Assim, ao longo do trabalho, recorreremos bastante à história para argumentar diversos pontos do trabalho. Na tabela 1, observam-se as taxas de crescimento do Brasil e de outros países em desenvolvimento, países estes contidos nas duas regiões de interesse, percebendo-se, nitidamente o baixo desempenho da economia brasileira e da latino-americana.

Percebe-se que os países asiáticos demonstram um maior dinamismo econômico frente aos países da América Latina no período pós-1990. Contudo, nem sempre foi assim, se observarmos períodos anteriores à década de 1980, percebe-se que o dinamismo econômico latino-americano era superior ao asiático.

Retomando o trabalho de Sachs (1985), que busca analisar o impacto da crise da dívida dos anos 1980 nos países da Ásia e da América Latina, percebe-se que o melhor ajuste dos primeiros pautou-se na política cambial adotada, como também nos regimes comerciais adotados. Ao contrário do que possa ser argumentado, no sentido de que as características das regiões eram diferentes e por isso as rotas foram distintas, Sachs aponta que as regiões apresentavam três características comuns (endividamento externo, termos de troca e participação estatal na economia) e uma distinta que seria responsável pelo sucesso asiático na transição da crise da dívida e pelo insucesso latino. A diferença se deu no regime de comércio e na administração cambial. A América Latina, através do processo de substituição de importações, recorreu a apreciações cambiais. Já os países asiáticos, pautados em modelos *export-led-growth*, adotaram taxas de câmbio reais competitivas. Neste trabalho, além de se reconhecer a importância da questão cambial para as diferenças atuais entre a América Latina e Ásia busca-se argumentar que as diferenças se devem a um padrão de desenvolvimento diferente entre as regiões, e especialmente em um comportamento distinto frente ao fenômeno da globalização, comportamento tal que permitiu aos asiáticos uma inserção mais competitiva do que a seguida pelos países latino-americanos.

Tabela 1: Pib a preços constantes (taxa média de crescimento) - países periféricos - 1990-2004

Países	1990-1995	1995-2000	2001	2002	2003	2004
Países em desenvolvimento	5,5	6,4	4,3	5,3	6,4	7,2
Economias asiáticas recém-industrializadas	7,1	6,7	1	4,3	3,1	5,5
Ásia em desenvolvimento	8	8,1	5,8	6,2	8,1	8,2
América Latina	3,4	2,9	1,7	3,6	2,2	5,7
África	0,9	3,4	3,8	4,4	4,6	5,1
Economias em transição	-7,9	1,5	4	4,1	4,6	6,1
China	10,7	8,7	7,5	7,1	9,3	9,5
Índia	2,1	6,4	4,5	5,7	7,5	7,3
Malásia	9,3	5,7	1	4,8	5,3	7,1
Tailândia	9	1,9	2	4	6,9	6,1
Brasil	1,4	2,6	2,2	3,5	0,5	5,2
Colômbia	4,3	1,7	2,1	2,8	4	4
México	3,9	3,6	0,8	4	1,6	4,4
Argentina	6,3	1,8	-1,4	2,6	8,8	9

Fonte: IMF (2003,2005).

Aqui fazemos uma análise obviamente superficial, pois logicamente a questão do desenvolvimento econômico é complexa. O que se tem em mente é que, duas regiões, que possuíam tamanhas semelhanças na década de 1980, podem hoje estar em

situações tão diversas. Ou seja, ocorreu uma forte diferenciação entre as regiões muito pautada nas escolhas políticas feitas, pois enquanto os governantes na América Latina procuraram “lavar as mãos” e adotar as “políticas globais” que lhes garantiam uma absolvição ex-ante das possíveis falhas neste processo de mudança, os governantes asiáticos procuraram tratar a questão com mais tato e adaptação às características historicamente construídas em seus países.

No trabalho, busca-se argumentar, na mesma direção que Chang (2003), que as atuais “boas instituições” e a propaganda “boa governança” que os países atualmente desenvolvidos (PAD’s) procuram fazer serem adotadas pelos países em desenvolvimento (PED’s) na verdade atuam como entraves ao processo de desenvolvimento dos mesmos. Assim, a passividade dos governantes dos PED’s latino-americanos seria um problema no que tange ao atual baixo dinamismo destas economias.

O artigo divide-se em 4 tópicos, além esta introdução. No primeiro deles, é feita uma reflexão sobre a globalização e seus impactos, marcadamente os financeiros, destacando o fato da “adoção” por parte do FMI de uma “agenda” de inserção para os países periféricos. No segundo, busca-se uma discussão sobre desenvolvimento econômico, efetuando-se uma breve revisão sobre o tema. No terceiro, tenta-se confrontar o modo de desenvolvimento asiático com o latino-americano, valendo-se de comparações de dados que mostram as atuais diferenças de desempenho nas duas regiões. Por fim temos as conclusões.

2 GLOBALIZAÇÃO E A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA

Para a compreensão do fraco desempenho das economias brasileira e latino-americana nas décadas de 1990 e 2000,

faz-se necessário o entendimento das mudanças que aconteceram no mundo, e não apenas fatores endógenos, bem como a forma de inserção na economia mundial. Sabe-se que até o final da década de 1980, as economias brasileira e latino americana eram bem fechadas, ocorrendo a abertura econômica e comercial no final desta década e, principalmente, durante a década de 1990. A inserção internacional se deu de forma muito rápida o que causou danos à estrutura produtiva e causou maiores danos por se dar de forma passiva, uma vez que a postura adotada pelos governos frente às mudanças internacionais acabou sendo acomodatória, ou seja, não ocorreu uma política ativa de inserção e especialmente de adaptação às mudanças que estavam ocorrendo, acabando por receber “pacotes”¹ de mudanças sem uma postura própria, que levasse em conta os interesses nacionais nestas transformações em voga.

2.1 Globalização

O objetivo deste tópico é avaliar, como as economias latino-americanas se inseriram nas mudanças internacionais citadas anteriormente. Usaremos aqui, como exemplo o caso do Brasil, por ser uma economia bem relevante dentro deste conjunto de nações. Reconhece-se que o cenário internacional sofreu mudanças frente àquele encontrado pelo Brasil nas décadas de 1950 e de 1970, em função destas mudanças a forma de inserção na década de 1990 foi diferente da que havia sido feita anteriormente. Uma das grandes modificações foi que, na primeira “etapa” da inserção

¹ Por pacotes entende-se a adoção, por parte do FMI, de receituários de políticas a serem utilizadas pelos países periféricos em seu processo de inserção internacional. A forma como estes se aplicam aos países ficará clara ao longo do texto.

nacional prevalecia o Sistema BW (SBW) de regulação financeira, ou seja, havia controle de capitais, taxas fixas de câmbio e os créditos oficiais. Contudo, na década de 1970, o SBW entra em crise, e com esta crise várias são as mudanças que entram em voga no cenário financeiro mundial, mudanças estas que deram origem ao regime da globalização financeira.¹

Outra mudança significativa, é que nas décadas de 1950, 1960 e 1970 o Brasil tinha mais autonomia de escolha, conduzia sua política econômica da forma que melhor se adaptasse as suas necessidades. Já a partir da década de 1990, percebe-se que o Brasil perde sua autonomia, e faz sua inserção alicerçada no conjunto de medidas previstas no Consenso de Washington e no receituário do FMI, que aliás, segundo este órgão, é a forma padrão das economias periféricas se inserirem e conduzirem suas economias, não sendo recomendadas formas alternativas. Contudo, percebe-se que a forma de inserção de algumas economias asiáticas destoa desta fórmula e tem apresentado bons resultados.

A forma para inserção vinculada ao FMI passa por uma rápida abertura financeira e comercial. Algumas medidas foram adotadas no Consenso de Washington e servem como modelo para a inserção das economias periféricas neste novo mundo mais “liberal” e “globalizado”. Neste “consenso” foram pensadas reformas que os países periféricos deveriam fazer para se inserirem e superarem a década perdida.

Nas palavras de Williamson (apud CROCETTI, 2004):

É um fenômeno admirável. As principais burocracias do tesouro Norte-americano: o FAD, o FMI,

¹ A abordagem convencional aponta que o processo de globalização é recente, tendo seu início a partir da década de 1970. Outra abordagem, afirma que este processo data das grandes navegações do século XV.

o BID, o BIRD, a OMC e até as Nações Unidas; além da academia que gira em torno de Washington, todos agem em sintonia receitando os mesmos remédios.... Em Washington todos estão pensando que na América Latina todo mundo tem que fazer a mesma coisa. Aliás, não só a América Latina, o Consenso de Washington diz respeito à visão estadunidense sobre a condução da política econômica para os países periféricos do mundo todo.

Mas quais são as principais políticas do consenso de Washington? Williamson (1990) aponta e discute os 10 instrumentos de política econômica que, segundo ele próprio, representam uma agenda de razoável grau de consenso, isto é, uma ‘convergência universal’ entre os economistas em Washington. São eles: 1) disciplina fiscal; 2) estabelecimento de prioridades no gasto público; 3) reforma fiscal; 4) taxas de juros baixas (mas positivas) e determinadas pelo mercado; 5) taxa de câmbio competitiva e também determinada pelo mercado; 6) política comercial ‘*outward-oriented*’; 7) ambiente favorável ao investimento direto externo; 8) incentivo à privatização de empresas estatais em função da crença na superior eficiência do setor privado; 9) desregulamentação dos entraves regulatórios à livre mobilidade de fatores (principalmente ao capital); e 10) garantia ampla aos direitos de propriedade.

Mckinnon (1991) defende que a simultaneidade do processo de abertura poderia levar a um super-endividamento externo e à valorização cambial. Por isso, a abertura externa deveria ser feita de forma seqüencial, iniciando por uma reforma fiscal, seguida por uma desregulamentação financeira doméstica, após esta etapa seria feita a abertura externa (unificação do mercado cambial), o quarto passo é a abertura comercial e por fim a liberalização financeira externa.

Uma pressuposição de Mckinnon (1991) é que todas essas reformas deveriam ser precedidas de uma estabilização macroeco-

nômica. Contudo, o que se viu no Brasil foi uma aceitação das políticas do consenso e uma abertura deveras rápida da nossa economia. O que se percebe é que este receituário é visto no Brasil como a forma correta e única de se proceder na inserção internacional. Neste trabalho procuramos mostrar que existem outras formas de inserção. Teóricos da CEPAL, no que se refere ao caminho adotado pelas economias latino americanas argumentam que:

Não se trata de que os países que têm posto em prática reformas profundas retrocedam no caminho já percorrido. A reversão das políticas já adotadas pode, em si, ter um custo muito alto, tornando conveniente a manutenção das políticas existentes, ainda que sejam sub-ótimas. (AGOSIN e FFRENCH-DAVIS, 1993 apud CARCANHOLO, 2002).

Discutindo a globalização em si, Coutinho (1995) destaca que há uma enorme carga ideológica emprestada a este termo. Teóricos como Ohmae (1990) argumentaram em direção a um mundo sem fronteiras, sem barreiras ao comércio internacional. Esta idéia não se mostrou coerente com o “passar do tempo” sendo criticada por diversos autores.

Entre as mudanças que receberam o nome de globalização estão a elevação do nível do progresso tecnológico e a elevação da acumulação financeira de capitais. Segundo Coutinho (1995), a globalização pode ser entendida como um estágio de internacionalização que se deve a 7 fatores principais: 1) Aceleração da mudança tecnológica (telecomunicações, informática e novo padrão de organização da produção e de gestão industrial.); 2) Difusão acelerada de um novo padrão de organização produtiva o que levou a uma concentração de comércio regional, atuando as grandes empresas tanto como líderes do processo de internacionalização como também elos importantes na formação de blocos comerciais regionais; 3) Acentuação da concentração de capital através de pro-

cessos de fusões e aquisições, que redundou na formação de oligopólios globais, que concentra poder econômico nas mãos destes grupos; 4) Difusão desigual da mudança tecnológica, erodindo a dominação exclusiva da economia norte-americana e eclosão da indústria japonesa e das indústrias da Europa unificada, redundando não em uma economia mundial polarizada em um único país, mas sim marcada por um policentrismo; além da formação de três fortes blocos econômicos regionais, temos a presença dos bancos e grandes empresas em todos eles; por outro lado, a associação deste fato com a queda de BW faz emergir um novo sistema financeiro internacional mais instável, onde o dólar não é mais tão relevante como antes, sendo contestado por novas moedas fortes, como o iene e o euro. 5) a economia norte-americana passou a ser devedora mundial e não mais credora como anteriormente, uma vez que o financiamento de seu contínuo duplo déficit, vivido desde o final dos anos 1970, decorrente de influxo de capitais externos, o que elevou os movimentos de capitais e o volume de transações nos mercados cambiais integrados. Os déficits públicos (não apenas do governo norte-americano) financiados através de títulos com elevada liquidez e baixo risco fez com que o volume de transações financeiras aumentasse de forma rápida, sendo as transações cambiais parte elevada deste processo de aumento das transações, o que traz em si uma elevada volatilidade; 6) O processo de intensificação dos investimentos diretos no exterior pelos bancos e transnacionais dos países centrais fez com que a interpenetração dos sistemas capitalistas se tornasse cada vez maior, processo este que com a entrada dos investidores institucionais tende a crescer ainda mais; 7) Surgimento de uma ordem mundial policêntrica.

De forma geral, esta internacionalização, gerou uma maior integração financeira e cambial, e como inexistente uma instituição capaz de coordenar este novo padrão financeiro bem como estabelecer um regime de paridades cambiais estável, novas dificuldades são postas aos países em desenvolvimento.

2.2 A globalização financeira

Chesnais (1999) prefere chamar a globalização financeira de mundialização financeira. Ele define três etapas para este processo: 1) A primeira etapa compreende o período 60-79, é chamada de internacionalização financeira direta; 2) A segunda etapa é a da desregulamentação e liberalização financeira, abrangendo o período 79-85, e tem como principais características a liberalização, tanto para entrada como para saída, dos movimentos de capitais e a securitização das dívidas públicas; 3) A terceira etapa (86-95). Ela se caracterizou pela abertura e desregulamentação dos mercados de ações, pela incorporação dos mercados emergentes dentro da circulação internacional do capital e pelos choques financeiros e cambiais de maior intensidade.

Cada vez mais dinheiro circula diariamente. Segundo De Brunhoff (2005), circulam diariamente cerca de 1 trilhão de dólares em operações cambiais, sendo que, segundo Canuto e Laplane (1995), 15% correspondem a transações que se referem a comércio de bens e serviços e os 85% restantes correspondem a operações de especulação. Todo este volume de transações, ainda mais as especulativas, acabou corroborando para a eclosão de um ambiente de instabilidade financeira mundial, que gera dificuldades globais.

Com a liberalização dos mercados e a mobilidade do capital, uma proporção cada vez maior de capitais penetra nos países e o volume de transações monetário-financeiras cresce acentuadamente. Somado a estes fatores, temos a “necessidade” de financiamento da economia dos EUA (déficits gêmeos), e a opção por este país de “viver além dos seus limites, alicerçado na “predisposição”, “vontade” e estratégias das economias asiáticas (marcadamente a chinesa) de acumularem reservas em dólares. Somando a todos estes efeitos a instabilidade dos mercados fi-

nanceiros, a volatilidade das finanças globais, o aparecimento de bolhas especulativas, de ataques especulativos e especialmente a falta de um sistema monetário internacional bem constituído nos perguntamos sobre quais os impactos que esta conjunção de fatores tem sobre o “lado real” da economia? Até que ponto a adoção de regimes cambiais diversificados impactam sobre o desempenho das economias neste “novo arranjo”. Estariam as mudanças financeiras sendo causadas por mudanças produtivas ou se, conforme parábola de Minsky o rabo (lado financeiro) estaria abandonando o cachorro (lado produtivo), ou seja, até que ponto estas transformações estariam influenciando as economias periféricas, em especial a economia brasileira?

Após o colapso do sistema de Bretton Woods, o sistema financeiro internacional passou por intensas transformações (EICHEGREEN, 2004). Entre estas transformações temos o processo de desregulamentação (liberalização) dos mercados financeiros, processo no qual o FMI tem papel central, especialmente a partir dos anos 1990. Outro destaque se dá à adoção das reformas estruturais. Estes dois processos em companhia das mudanças advindas da terceira revolução industrial são marcos importantes para a chamada globalização financeira, que tem como característica a intensificação dos fluxos de capitais internacionais.

Contudo, de acordo com Galbraith (apud BAPTISTA JÚNIOR, 2000, p.58): “Globalização não é um conceito sério. Nós, os americanos, o inventamos para dissimular a nossa política de entrada econômica nos outros países”. Ou seja, há de se tomar muito cuidado quando se coloca este “movimento autônomo” do capitalismo acima das escolhas de política internas. Segundo Nogueira Júnior, os mercados internos continuam preponderantes nos países de economias maiores. Além disso, os fluxos internacionais correspondem a uma parcela não tão avantajada dos investimentos mundiais. Segundo Hirst e Thompson (apud

BAPTISTA JÚNIOR, 2000, p.59) “ a globalização é, em grande medida, um mito, uma ideologia que tende a paralisar as iniciativas nacionais”. De acordo com Baptista Júnior (2000, p. 60-61):

A ideologia da ‘globalização’ funciona, além disso, como conveniente cortina de fumaça. Governos medíocres, como o brasileiro, tem-se servido do ‘globalização’ para isentar-se de responsabilidade por tudo de negativo que acontece na economia, transferindo-a para o âmbito de forças supranacionais fora do seu controle.

Ou seja, apesar de seus defensores, muitos teóricos levantam sua bandeira contra a globalização. Outro exemplo é Belluzzo (2004, p. 87), ao apontar que:

Os países que buscaram preservar um espaço para as suas políticas macroeconômicas são capazes de sustentar taxas reais de juros baixas, administrar taxas de câmbio estimulantes e promover o avanço industrial e tecnológico, garantindo, assim, o robustecimento de seus grupos nacionais privados.

Já para Ferrari Filho e Paula (2004), a crença de que a livre mobilidade de capitais traria vantagens econômicas para os países em desenvolvimento não se realizou. Os pontos que eles argumentam para defender esta posição são os de que a globalização financeira conduz a: i) a perda de autonomia na condução da política econômica; e ii) um maior grau de interdependência entre as economias, ampliando-se as possibilidades de contágio (ou transmissão) de crises cambiais e financeiras entre os países. Assim os autores defendem que as políticas nacionais devem ser mais autônomas.

Kregel (2004) contesta que o investimento direto estrangeiro (IDE) é preferível às demais formas de investimento,

destacando que em razão das inovações financeiras é impossível diferenciar entre os tipos de investimento externo.

Para Cardim (2004, p.200), o FMI: “mudou diametralmente seu modo de definir a sua própria missão.”, que inicialmente era a de gerenciar o sistema de pagamentos internacional e tratava quase exclusivamente com os PAD’s. Com a queda do SBW, o Fundo passou a atuar junto aos PED’s. Esta mudança de “clientela” levou a mudanças na condução das negociações, passando a exigir mudanças nas economias receptoras de recursos, passando a patrocinar as chamadas reformas estruturais, em muito associadas aos preceitos do Consenso de Washington.

Mollo e Amado (2004) apontam que uma maior liberalização econômica entre os países membros de um bloco regional conduz a uma maior concentração do sistema bancário.

Bresser-Pereira e Nakano (2004) ao comentarem sobre a estratégia de desenvolvimento econômico dos países latino americanos apontam que esta se pautou pela liberalização dos fluxos de capitais e pelo endividamento externo. Em grande medida, esta estratégia resultou em: i) sobrevalorização de suas moedas; ii) manutenção de taxas reais de juros elevadas; e iii) elevados déficits na conta corrente do balanço de pagamentos. Eles ainda mostram resultados econométricos nos quais o crescimento econômico é pouco sensível à poupança externa, especialmente nos países endividados.

Todas estas reflexões aqui feitas sobre a globalização e temas afins nos conduzem a um ponto central na discussão que se pretende colocar no trabalho: Até que ponto é possível que ocorra uma forma única de desenvolvimento econômico? Será que a adoção de um “pacote” de reformas e de instituições únicas pode resolver o problema dos PED’s? Aqui iremos procurar destacar os casos da América Latina e da Ásia. Na próxima seção iremos tratar sobre o desenvolvimento econômico, ou seja, será que existe um real consenso acadêmico quando se trata de desenvolvimento econômico?

3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUAS FACETAS

O desenvolvimento econômico é um processo complexo. Hirschman (1986) propõe uma classificação para teorias do desenvolvimento, que tem suas contradições, conforme pode ser visto em Fiori (1999), contudo mostra o quão denso e complexo é o “mundo do desenvolvimento econômico”. As visões seriam: (a) ortodoxa, que se recusa a admitir que as economias apresentem possibilidades de desenvolvimento distintas, ou seja, não teríamos uma teoria do desenvolvimento e uma teoria do subdesenvolvimento; (b) neomarxista e (c) marxiana, que reconhecem a existência de especificidades entre as economias desenvolvidas e (d) economia do desenvolvimento, que por sua vez reconhece as divergências entre as economias e se subdivide basicamente em duas: a perspectiva da modernização, que tem como base o trabalho de Rostow (1978), sendo o desenvolvimento descrito como uma sucessão de etapas; e a teoria latino-americana do subdesenvolvimento, que pode ser bem entendida através dos trabalhos de Furtado, Prebisch e da Cepal como um todo. Assim, estamos bem longe de encontrar uma visão única e consensual sobre o desenvolvimento, em oposição ao que muito se pensa no Brasil.

Por muito tempo o desenvolvimento foi conceituado como o processo de crescimento econômico rápido e auto-sustentado acompanhado de uma transformação da estrutura produtiva e avanço tecnológico. Esta foi a visão que prevaleceu por muito tempo na América Latina e conduziu estas economias a estratégias de substituição de importações. Dentro destas idéias destacam-se as de Prebisch e Furtado, e alguns conceitos como a deterioração dos termos de troca, ou seja, a desvantagem produtiva oriunda de uma matriz produtiva primária frente a uma matriz industrializada dos países mais desenvolvidos. Assim, a “rota de fuga” para esta situação de dependência e subdesenvolvimento

seria através do processo de industrialização. Esta visão caracterizou o pensamento latino-americano a partir da década de 1950 e foi o responsável por uma série de medidas econômicas adotadas desde então até o início da década de 1980.

De acordo com Vianna (1990), esta estratégia de desenvolvimento, no caso brasileiro apresentou resultados significativos, visto que passamos a apresentar um elevado crescimento médio anual do PIB (7,4%) e uma forte expansão do setor industrial. Uma interessante comparação se dá através dos PIBs per capita do Brasil e EUA (51,4% em 1820, 16,5% em 1929, e 28,0%, em 1980), ou seja, esses dados apontam para uma redução das diferenças de desenvolvimento, considerando-se apenas esta variável unidimensional como proxy para o desenvolvimento.

Apesar deste aparente sucesso, esta teoria perdeu espaço a partir da década de 1980. Alguns dos aspectos que podem explicar tal fato estão associados ao fracasso em desenvolver de forma mais acentuada as economias periféricas, mas essencialmente estão ligadas à ascensão e progresso na formulação do paradigma neoclássico.

A década de 1980 para a América Latina foi ruim, pois tivemos a crise da dívida externa e os processos de superinflação. De certa forma, estes efeitos foram frutos das estratégias de desenvolvimento adotadas desde meados do século passado. Surge então a idéia de que as “falhas de governo” podem ser até mais preocupantes do que as “falhas de mercado”, no que se refere ao processo de desenvolvimento. Assim percebe-se que passou a ocorrer um movimento internacional de redução do Estado na economia. (ESTEVÃO, 2004).

Neste momento histórico surge o Consenso de Washington, que serviu de base para uma “agenda de desenvolvimento” especialmente para os países latino-americanos, que compraram estas idéias. Os resultados desse processo ficaram aquém do es-

perado como pode ser visto em Lora e Panizza (2002). De acordo com esses autores, as reformas aplicadas aos países latino-americanos não tiveram nenhum efeito significativo sobre a acumulação de capital físico e que o efeito delas sobre o crescimento do PIB e da produtividade foi maior nos países com melhores instituições.

Assim, toda a questão em torno do desenvolvimento e do papel do estado na economia continuou viva. Surgiu então um novo termo, o Consenso de Washington Ampliado, que passa a entender que Estado e mercado precisam ser vistos como complementares. Ao Estado cabe o fornecimento de uma infraestrutura institucional que permita ao mercado funcionar adequadamente. Assim, abre-se novamente a interpretação de que existem divergências entre a infra-estrutura institucional dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Surge uma nova agenda do desenvolvimento, pautada nas falhas institucionais, com o estado responsável pela correção dessas falhas (STIGLITZ, 1998).

Para Olson (1996), a diferença na qualidade e na eficiência das instituições explica por que uns países se desenvolvem e outros não. Por interpretações como esta, é que surgiu a idéia de que a América Latina deveria ser alvo de novas reformas, voltadas para modernizar as instituições que moldam o ambiente em que se desenrola a atividade econômica.

Adelman (2000) argumenta que uma estratégia de desenvolvimento tem vários aspectos envolvidos e que no processo há uma forte dependência das escolhas anteriores, ou seja, a história é um aspecto relevante neste processo. Assim ele conclui que as recomendações de políticas e instituições universais são provavelmente incorretas.

Os principais determinantes do desenvolvimento, segundo Adelman (2000), envolvem o capital social, no qual estão inseridos a oferta de recursos humanos, o grau de coesão social e a disposição a agir em benefício de todos, como também o grau de

confiança mútua, normas sociais favoráveis à cooperação e uma rede densa de relações interpessoais. Estes aspectos envolvem a confiança dos agentes nas reformas e mudanças propostas, e também tem grande papel no que diz respeito à obediência das regras (novas ou não). Assim reduzem as incertezas na economia e os custos das reformas, sejam eles financeiros ou sociais.

Além do capital social, existem outros fatores importantes, mas também intangíveis como ele, tais quais a adoção de políticas apropriadas (comercial, cambial, monetária); as instituições e a cultura, e a maleabilidade e a resiliência institucional e social. Já os insumos tangíveis são postos em uma posição intermediária. (ADELMAN, 2000).

Podemos perceber, que recentemente, temos três visões sobre o tema do desenvolvimento³: a) a do consenso de Washington (disciplina macroeconômica, intervenção mínima, gastos focalizados em educação e saúde e sistema de propriedade bem definido); b) a do Consenso ampliado (além das anteriores, inclui as reformas institucionais); c) uma terceira visão que concorda com as duas acima, contudo acredita que elas não são condição sine qua non para o desenvolvimento. Esta visão ainda atribui um papel importante para a ação do Estado, especialmente no que diz respeito ao papel de liderança no processo de desenvolvimento. Nas visões anteriores este papel caberia ao mercado.

No próximo tópico iremos partir para uma análise do modo de desenvolvimento asiático e latino-americano, na medida em que um parece estar mais de acordo com a terceira visão, enquanto que o outro está associado (ou procura estar) à visão do Consenso de Washington e às idéias ampliadas a partir deste.

³ Aqui não se procura argumentar que só existem estas três formas de se pensar e lidar com o desenvolvimento, mas que estas três formas vêm sendo bastante propagandeadas e vêm ganhando muito espaço no meio acadêmico e político.

4 OS MODELOS ASIÁTICO E LATINO-AMERICANO

Este tópico procura apontar como evoluam diferentes formas de desenvolvimento na América Latina e na Ásia. Estas duas regiões apresentam formações econômico-sociais distintas, o que colabora muito para as divergências apresentadas. Aqui não iremos adentrar nesta questão, pois não é a questão em pauta. O que nos interessa é a verificação de como as duas regiões divergem atualmente, sendo que, segundo Sachs (1985), apresentavam tantas semelhanças no início da década de 1980. A idéia apresentada é a de que, a forma como as duas regiões se inseriram internacionalmente ao longo da década de 1990 foi crucial para as diferenças atuais.

Durante a década de 1980 e início da década de 1990, os atuais países emergentes foram excluídos dos circuitos monetários internacionais, em muito se devendo à dívida externa que acumularam. Na década de 1990, estes países foram redescobertos pelas finanças internacionais.

Enquanto na Ásia percebe-se que, segundo a classificação do tópico anterior, tivemos uma visão na qual, apesar da “obediência” aos preceitos e políticas recomendadas aos países em desenvolvimento, o estado manteve-se como agente econômico e como “líder” do processo de desenvolvimento e de re-inserção destas economias. Assim poderíamos encaixar o comportamento asiático próximo ao da terceira visão do tópico anterior.

Nas economias latino-americanas, percebe-se um comportamento focado na idéia do mercado regulador, alocador e líder do processo de desenvolvimento, ou seja, abriu-se mão da possibilidade de conduzir o desenvolvimento através de suas próprias forças.

Aqui vamos procurar elencar os elementos que corroborem com esta idéia, valendo-nos de dados do Banco Mundial, para mostrar as diferenças entre as regiões.

Primeiro, deve-se destacar que a economia mundial apresenta grandes distorções, com elevada concentração de riqueza em alguns poucos países. Segundo o PNUD (1992), mais de 80% do PIB, do comércio mundial, dos empréstimos comerciais, da poupança privada e do investimento estão nas mãos de 20% da população mundial. Assim, torna-se importante verificar a forma como cada economia participa desta “divisão de bolo”. O que se percebe é que os países asiáticos vêm ganhando uma “fatia” cada vez maior relativamente aos países latino-americanos, o que pode se perceber através das taxas de crescimento das duas regiões, bem como das principais economias nacionais das duas regiões.

Carneiro (2002) argumenta que, na forma como o desenvolvimento vem ocorrendo na Ásia, o mercado é orientado aos interesses sociais por um Estado desenvolvimentista. Ou seja, o estado usa o mercado para a obtenção de seus interesses. Uma característica do desenvolvimento Asiático, por exemplo, foi a construção de um sistema de oportunidades sociais que potencializa o desenvolvimento através da educação e da saúde. Sen (2000) argumenta que a criação deste sistema de oportunidades sociais foi importantíssimo para o desenvolvimento da região. Uma outra característica deste desenvolvimento, especialmente nos casos Coreano e Japonês é que o crescimento econômico veio acompanhado de distribuição de renda.

No caso latino-americano, temos algo oposto ao modelo asiático, pois quem comanda é o mercado e não o Estado, ou seja, ao Estado cabe cada vez um espaço menor, e o mercado cada vez ocupa um papel mais central.

No Quadro 1, apresentamos a participação no PIB mundial de algumas das regiões estudadas. Podemos perceber que, entre 2000 e 2005, a América Latina perdeu quase 1% da sua participação no PIB mundial. Relativamente ela perdeu 14,7% de sua participação, ou seja, ela deixou de crescer o PIB em 14,7%,

isso para apenas manter a sua posição relativa. Já as regiões Asiáticas apresentaram um aumento de suas participações, sendo que a região do Leste e do Pacífico apresentou um aumento relativo de 36,4% em cinco anos, o que é bem representativo.

Quadro 1: Participação Regional no PIB Mundial – 2000 e 2005

Especificação	América Latina e Caribe	Ásia do Sul	Ásia do Leste e Pacífico	Países de alta renda
Participação no PIB mundial em 2000	5,97%	1,89%	5,03%	81,76%
Participação no PIB mundial em 2005	5,09%	2,21%	6,86%	79,20%

Fonte: Banco Mundial, 2007.

Outro fato que se destaca no Quadro 1 é a elevada participação dos países de alta renda no PIB mundial, o que reforça a argumentação das divergências existentes no mundo.

No quadro 2, temos a relação entre o PIB per capita das regiões e o PIB per capita mundial. Este dado nos mostra que a exclusão e concentração de renda no mundo são realmente elevadas. Percebe-se que a renda per capita dos países de alta renda é cerca de 5 vezes maior que a mundial. Percebe-se que as regiões selecionadas apresentam uma relação menor do que um, ou seja, tem uma renda per capita menor do que a média mundial. Na comparação entre os anos de 2000 e 2005 temos que a renda per capita latino-americana, apesar de quantitativamente maior que a das regiões asiáticas, se reduziu sensivelmente em 17,47%, enquanto na região do Leste e do Pacífico aumentou em 34,31%.

Quadro 2: Relação entre o PIB per capita regional e o mundial – 2000 e 2005

Especificação	América Latina e Caribe	Ásia do Sul	Ásia do Leste e Pacífico	Países de alta renda
Relação em 2000	71,80%	8,46%	17,28%	500,97%
Relação em 2005	59,25%	9,87%	23,21%	498,35%

Fonte: Banco Mundial, 2007.

No quadro 3, podemos perceber a concentração de renda em alguns países selecionados da Ásia e da América Latina. Como apontado ao longo o texto, podemos ver que a concentração de renda é bem maior nos países latino-americanos, seja através do índice de Gini, seja através dos percentis de renda. Podemos perceber que, de fato, o modo de desenvolvimento latino-americano é concentrador de renda, enquanto o asiático tem como uma de suas características uma maior equidade. Se levarmos em consideração o sistema de geração de oportunidades mais aprimorado no sistema asiático, temos uma boa indicação de que este é o caminho para uma maior equidade.

Quadro 3: Concentração de renda em países selecionados

Países	Ano	Índice de Gini	Percentual de Renda			
			10% menores	20% menores	20% maiores	10% maiores
Argentina	2004	51,3	0,90	3,10%	55,40	38,20
Brasil	2004	57	0,90	2,80%	61,80	44,80
México	2004	46,1	1,60	4,30%	55,10	39,40
Chile	2003	54,9	1,40	3,80%	60,00	45,00
Coréia	1998	31,6	2,90	7,90%	37,50	22,50
Índia	2005	36,8	3,60	8,10%	45,30	31,10
China	2004	46,9	1,60	4,30%	51,90	34,90
Japão	1993	24,9	4,80	10,60%	35,70	21,70

Fonte: Banco Mundial, 2007

Podemos exemplificar melhor através dos quadros 4 e 5, que nos mostram uma panorama geral das economias latino-americanas e asiáticas. Cabe-nos destacar alguns pontos, como o aumento do PIB asiático neste curto período, as elevadas taxas de crescimento do PIB na região e as elevadas participações de comércio internacional, conforme pode ser visto pelas taxas de importação e exportação. Além disso, cabe mencionar as elevadas taxas de formação bruta de capital, ou seja, de investimento na região, o que está diretamente relacionado com o modelo de crescimento puxado pelas exportações adotado por estas economias, e também fruto de uma postura governamental forte, desenvolvimentista.

Quadro 4: Informações Econômicas Gerais – 2000

Especificação	América Latina e Caribe	Ásia do Sul	Ásia do Leste e Pacífico	Países de alta renda	Mundo
PIB (Atlas) (em trilhões de US\$)	1.9	0,6	1.6	26.	31.8
PIB per capita (Atlas)	3,770	444.3	907.1	26,305	5,250
Taxa de crescimento do PIB	3.9	4.3	7.6	3.8	4.1
Deflator do PIB	6.2	4.6	3.4	3.0	4.8
Exportações de bens e serviços	20.4	14.2	36.1	23.8	24.6
Importações de bens e serviços	21.4	15.9	31.8	24.3	24.8
Formação de capital	19.9	23.9	31.6	21.9	22.3
Taxa de exportação de bens de alta tecnologia	15.8	4.0	31.3	24.2	22.9
Grau de abertura	36.3	24.0	59.7	39.9	41.3
Entrada de IDE (em trilhões de US\$)	0,08	0,04	0,04	1.3	1.5

Fonte: Banco Mundial, 2007.

Percebe-se que as economias asiáticas têm um elevado percentual de exportação de bens de alta tecnologia, o que sinaliza que estas economias vêm se modernizando e se inserindo de forma competitiva no mercado mundial. Além disso, e apesar da pequena participação das economias em desenvolvimento no circuito financeiro internacional, estas economias aumentaram de forma significativa a entrada de IDE, enquanto que na América Latina temos o comportamento oposto.

Quadro 5: Informações econômicas gerais – 2005

Especificação	América Latina e Caribe	Ásia do Sul	Ásia do Leste e Pacífico	Países de alta renda	Mundo
PIB (Atlas) (em trilhões de US\$)	2.3	1.0	3.1	35.8	45.2
PIB per capita (Atlas)	4,156	692	1,628	34,962	7,015
Taxa de crescimento do PIB	4.6	8.6	9.0	2.7	3.5
Deflator do PIB	6.3	6.4	4.6	2.6	5.5
Exportações de bens e serviços	25.1	19.8	45.7
Importações de bens e serviços	22.4	23.9	40.7
Formação de capital	19.5	30.7	37.7
Taxa de exportação de bens de alta tecnologia	14.5	..	33.6	21.7	21.5
Grau de Abertura	42.2	32.0	74.6	44.4	47.4
Entrada de IDE (em trilhões de US\$)	0,07	0,009	0,09	0,693	0,974

Fonte: Banco Mundial , 2007.

No que se refere à redução da pobreza mundial temos que, as regiões asiáticas vêm demonstrando um excelente desempenho, apresentando elevada redução dos percentuais de população vivendo abaixo da linha de 1 dólar dia. Na tabela 2, podemos observar estes indicadores. Enquanto no Leste asiático e no Pacífico, o percentual de população abaixo da linha de um dólar reduziu-se em 74,17%, em 20 anos, na América Latina ele reduziu-se em 2,06%. Ou seja, apesar da Ásia apresentar montantes maiores de pobres, a sua ação na redução desta população tem sido extremamente mais eficiente do que na América Latina.

Tabela 2: Pobreza no Mundo – 1981/2001.

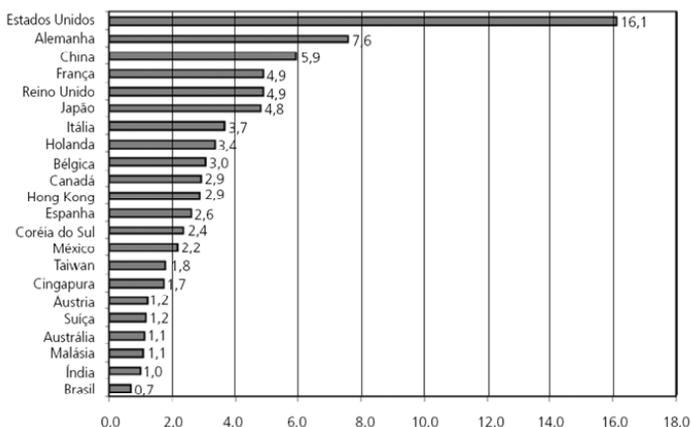
Região	Taxa de pobreza (% abaixo de US\$/dia em 1993 PPP)							
	1981	1984	1987	1990	1993	1996	1999	2001
Leste asiático e pacífico	57,7	38,9	28,0	29,6	24,9	16,6	15,7	14,9
China	63,8	41,0	28,5	33,0	28,4	17,4	17,8	16,6
Europa e Asia Central	0,7	0,5	0,4	0,5	3,7	4,2	6,3	3,7
América Latina e Caribe	9,7	11,8	10,9	11,3	11,3	10,7	10,5	9,5
Oriente Médio e Norte da Africa	5,1	3,8	3,2	2,3	1,6	2,0	2,6	2,4
Sul da Asia	51,5	46,8	45,0	41,3	40,1	36,6	32,2	31,3
India	54,4	49,8	46,3	42,1	42,3	42,2	35,3	34,7
Africa Subsaariana	41,6	46,3	46,8	44,6	44,0	45,6	45,7	46,9
Total	40,4	32,8	28,4	27,9	26,3	22,8	22,2	21,1

Fonte: Banco Mundial, 2005.

Nos gráficos 3 e 4, abaixo, temos as economias com maior participação em exportações e importações no mundo em 2004. Podemos perceber que entre elas, destacam-se algumas das economias asiáticas enquanto que os países Latino Americanos não figuram entre as principais economias. Isso demonstra que

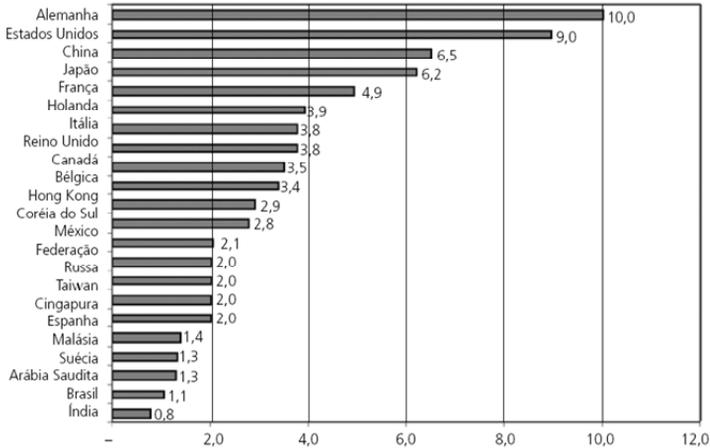
o “ideal liberal” vigente na América Latina, segundo o qual o mercado deve ser o coordenador, não vem colocando estas economias entre as de comércio mais ativo. Por outro lado, se tantas de nossas reformas e mudanças econômicas visaram uma maior integração no processo de globalização, não tem sido eficiente neste sentido, e que a visão da economia dirigida pelo Estado, adotada pelas economias asiáticas, vem surtindo muito mais efeito no que tange à integração internacional destas economias.

Gráfico 3: Participação (%) dos principais países importadores no comércio global, 2004.



Fonte: Banco Mundial (2005, apud Galvão, 2007).

Gráfico 4: Participação (%) dos principais países exportadores no comércio global, 2004.



Fonte: Banco Mundial (2005, apud Galvão, 2007)

Já nas tabelas 3 e 4, temos dados sobre o crescimento do produto e do produto per capita para diversas regiões e países. O que pretendemos apontar, na verdade reforçar, com estes dados é que, conforme vem sendo argumentado ao longo do trabalho, as economias asiáticas vêm apresentando um desempenho econômico muito superior ao das economias latino-americanas. Além disso, pode-se perceber que estas economias aparentam estar mais integradas às novas mudanças internacionais o que se pode notar através do nível de abertura e comércio destas economias. No que se refere à concentração de renda e combate à pobreza, esses países também apresentam resultados melhores.

De acordo com as idéias de desenvolvimento abordadas no tópico anterior, parece que, a terceira visão é aquela que vem dando melhores resultados. Por se falar em desenvolvimento, vamos partir então para uma breve caracterização deste nas duas regiões deste estudo.

Tabela 3: Crescimento do PIB real per capita (médias anuais)

Discriminação	1980/1989	1990/1999
Total Mundial	1,3	1,1
Países de Alta Renda	2,5	1,8
OCDE	2,5	1,7
Estados Unidos	2,2	1,9
Japão	3,5	1,1
União Européia	2,1	1,8
Países Fora da OCDE	3,5	4,1
Países em Desenvolvimento	0,6	1,5
Leste da Ásia e o Pacífico	5,8	6,3
Leste Europeu e Ásia Central	1,0	-1,8
América Latina e Caribe	-0,9	1,5
Oriente Médio e Norte da África	-1,6	1,1
Sul da Ásia	3,3	3,2
África Sub-Sahariana	-1,2	-0,5

Fonte: Banco Mundial (2005, apud Galvão, 2007).

Tabela 4: Crescimento do PIB real, segundo países e áreas selecionadas, 1987-2004 (em %).

Discriminação	1987-1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Mundo	3,3	4,2	2,8	3,7	4,6	2,5	3,0	4,0	5,1
Economias desenvolvidas	3,0	3,4	2,6	3,5	3,8	1,2	1,6	2,0	3,4
Estados Unidos	2,9	4,5	4,2	4,4	3,7	0,8	1,9	3,0	4,4
Zona do Euro		2,4	2,8	2,8	3,6	1,6	0,9	0,5	2,0
Reino Unido	2,1	3,1	2,8	2,5	3,6	1,6	1,3	1,7	2,6
Japão	3,2	1,7	-1,1	—	2,4	0,2	-0,3	1,4	2,6
África	2,2	3,2	3,0	2,8	3,2	4,0	3,6	4,6	5,1
Europa Central e do Leste	0,9	4,2	2,8	0,4	4,9	0,2	4,4	4,6	6,1
Ásia (países em desenvolvimento)	7,8	6,5	4,1	6,2	6,5	5,8	6,5	8,1	8,2
China	10,0	8,8	7,8	7,1	8,0	7,5	8,3	9,3	9,5
Índia	5,9	5,2	5,6	6,9	4,7	4,8	4,4	7,5	0,3
Os demais	6,4	3,9	-4,5	3,8	5,4	3,2	4,7	5,7	5,9
Oriente Médio	3,4	4,8	4,0	2,1	5,4	3,3	4,1	5,8	5,5
América Latina e Caribe	2,8	5,2	2,3	0,4	3,9	0,5	-0,1	2,2	5,7
Brasil	2,1	3,3	0,1	0,8	4,4	1,3	1,9	0,5	5,2
México	2,5	6,8	5,0	3,6	6,6	—	0,6	1,6	4,4
Argentina	2,6	8,1	3,8	-3,4	-0,8	-4,4	-10,9	8,8	9,0

Fonte: Banco Mundial (2005, apud Galvão, 2007).

4.1 Inserção e desenvolvimento na América Latina

De acordo com Salama e Valier (1997), o modelo de desenvolvimento latino-americano, pautado na transição de uma economia primário-exportadora para uma industrialização por meio de substituição de importações, ocasionou problemas com a distribuição de renda na região. Para eles, tratou-se de um sistema de desenvolvimento excludente, agravado pelas crises e pela dependência financeira destas economias.

Outra característica negativa deste modelo foi a não geração de um sistema de proteção social economicamente viável e socialmente justo. Desse modo, muitos são excluídos, a exemplo dos trabalhadores informais, e ainda existem diferenças dentro dos grupos sociais.

De acordo com Ianni (1988) ou mesmo Cardoso e Falleto (1969), as economias latino-americanas são dependentes, ou seja, as suas relações com os países centrais estão determinadas pelos processos econômicos e políticos que operam no centro do sistema capitalista mundial. Esta dependência tem origem no processo de colonização da região, no qual as colônias ficaram associadas às economias centrais e mesmo após a independência formal destas economias frente às economias do centro a dependência econômica se manteve, estando assim a formação dos capitalismo nacionais na região associada às economias centrais. Esta característica foi se mantendo, de forma que se criou uma sociedade dependente. Assim, perdeu-se ao longo do tempo a capacidade de se formular políticas próprias, e mesmo quando idéias desenvolvimentistas surgem, como as idéias da CEPAL, existe pequeno campo de utilização, de fato, destas idéias.

Esta dependência fluiu para as esferas de poder, estruturas de apropriação econômica, instituições, comunicação, questões tecnológicas, educacionais, militares e culturais. Ou seja, criou-se todo um arcabouço dependente. As decisões de políticas perdem a característica nacional, o que, quando associado com o fenômeno da globalização faz com que estas decisões políticas percam a identidade nacional e passem a servir a esta esfera de decisão “superior”. Adotando essa forma de associação, a América Latina perdeu espaço na economia mundial, uma vez que perdeu a capacidade de conduzir o seu próprio desenvolvimento, ao contrário do que ocorreu na Ásia.

4.2 Inserção e desenvolvimento no Leste Asiático

As economias do leste asiático possuem uma história completamente diferente das economias latino-americanas, seja em relação ao papel que a colonização representou nestas, seja

na própria constituição histórico-social-cultural, distinta dos países americanos. Aqui não iremos apontar os elementos históricos da constituição do capitalismo nestas regiões, contudo destaca-se que existem profundas divergências da formação dos estados nacionais e do capitalismo na América Latina.

As economias asiáticas apresentam uma estratégia de integração com a economia mundial baseada no rápido crescimento e na eficiente alocação de recursos, sob a supervisão do Estado. Segundo Hirano e Estessoro (2006), o processo de acumulação de capital e de industrialização acelerada na região possui um grande grau de interdependência, quando comparado ao processo latino-americano. Os elementos chave deste processo foram: a) melhoria das condições de vida, b) aumento sustentado da produtividade, c) investimentos em plantas, equipamentos, infra-estrutura, educação, e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Para os autores, aspectos importantes para o desenvolvimento associam-se a uma forte integração com a economia mundial, liberalização da economia e geração de um ambiente macroeconômico pró-investimento. Como exemplo, podemos citar as elevadas taxas de formação de capital das regiões asiáticas.

Outro elemento que merece destaque é os investimentos estatais que vão desde incentivos fiscais, utilizados para aumentar lucros e a acumulação de capital, passando por políticas financeiras e de mercado com mesmo intuito. Algumas das medidas utilizadas são: proteções, controles sobre juros e crédito, concorrência administrada, encorajamento de fusões, restrições a indústrias estrangeiras, aquisição de tecnologia e promoção de cartéis com o objetivo de especialização, de exportação e de criação de standards.

Outro aspecto deveras importante foi a restrição de consumo de luxo e controle de fuga de capitais nos estágios iniciais do desenvolvimento econômico. A soma destas características le-

vou à eclosão de um modelo exportador na região, que com seu sucesso reforçou toda a estrutura produtiva já instalada.

Uma preocupação sempre presente nos governos asiáticos é a questão da tecnologia, ou seja, do desenvolvimento da capacidade tecnológica de seus países, o que, representa bastante para estas economias, especialmente quando observamos indicadores de exportação de bens com elevado perfil tecnológico. Neste ponto, mais uma vez a participação do Estado se mostra importante para estas economias.

Contudo, um aspecto central do sucesso dos casos asiáticos, especialmente do Leste Asiático, pauta-se no processo de construção de uma rede de instituições governamentais e privadas consistente com a estratégia de desenvolvimento. Nesta rede temos uma administração pública meritocrática e ligações formais e informais com a classe empresarial (ESTEVÃO, 2004).

O processo de desenvolvimento asiático resultou na organização e evolução de uma burguesia empresarial local e de grandes e diversificadas corporações, que possuíam ligações institucionais com o setor financeiro, que permitiram a socialização dos riscos por meio dos empréstimos bancários, gerando assim um ambiente propício para o investimento.

Hirano e Estenssoro (2006) destacam por fim três aspectos importantes para o sucesso deste modelo asiático de desenvolvimento. São eles: 1) excepcional distribuição igualitária inicial da riqueza, especialmente pautada nas reformas pós-guerra; 2) uma dinâmica keynesiana do processo de acumulação; e 3) uma alta desigualdade na distribuição funcional da renda (entre capital e trabalho) associada a uma baixa desigualdade na distribuição pessoal da renda (medida pelo Índice de Gini). Por fim destaca-se que a cultura asiática foi fundamental para que estas reformas e mudanças surtisserem efeitos positivos.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho procuramos argumentar que nas últimas décadas vários eventos importantes ocorreram na economia mundial, levando à eclosão de todo um novo modo de produção e inserção econômica. Entre estes eventos temos a globalização, as crises do petróleo, a queda do padrão Bretton-Woods entre outros.

O que se destaca de todas estas mudanças é que, ao contrário do que muitos pensam, não surgiu um modo único de se comportar e conduzir as economias. Várias divergências regionais apareceram e foram responsáveis por toda uma nova reconfiguração do cenário econômico mundial. Neste processo de re-configuração, tivemos um destacado papel para as economias asiáticas, que, à sua maneira, se inseriram neste novo contexto internacional diferentemente do que fizeram as economias latino-americanas. Estas tiveram sua inserção marcada por uma dependência estrutural e seguiram à risca as recomendações feitas pelos organismos internacionais, sem uma maior reflexão e adaptação destas mudanças as suas condições econômico-estruturais, sociais e culturais.

Ainda no que tange à questão da aceitação sem maior reflexão das “instituições”, reformas, políticas e regras “impostas” pelos organismos internacionais como a rota segura para o desenvolvimento das nações em desenvolvimento, Chang (2003) nos mostra que os países atualmente desenvolvidos não se valeram desta rota “milagrosa” durante o seu processo de desenvolvimento. Assim, observa-se que, em um cenário internacional complexo, as economias asiáticas souberam se adaptar mais rápido e mais eficientemente que as economias da América-Latina, sabendo adaptar seu “modo de desenvolvimento” às “regras do jogo”.

Entre estas adaptações destaca-se a geração de modelos econômicos que visassem à exportação, especialmente as de

maior conteúdo tecnológico. Um elevado percentual de investimentos e desenvolvimento de novas tecnologias marcou a inserção destas economias. Além disso, na esfera social foram verificados avanços nos regimes de inserção social, universalização do ensino fundamental e políticas de redistribuição de renda, o que somou muito à redução da pobreza e à geração de crescimento econômico com equidade.

Por fim, argumentamos que, este modelo asiático obteve mais sucesso que o aplicado na América-Latina, sem que isso signifique que se deve copiar este modelo, ou mesmo instituições deste, mas sim aprender com o seu sucesso, e aprender que cada região tem suas peculiaridades e que propostas únicas de desenvolvimento se mostram pouco efetivas no mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, I. **Fifty years of economic development: what have we learned?** Artigo apresentado na Conferência Anual sobre Desenvolvimento do Banco Mundial, 2000.

BATISTA JÚNIOR, P. N. **A economia como ela é...** Ed. Boitempo. São Paulo, 2000.

BELLUZZO, L. G. M O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. In **Economia e Sociedade**. Campinas, IE-Unicamp, n.4, junho, 1995.

BELLUZZO, L. G. M. **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C; NAKANO, Y. Crescimento econômico com poupança externa? In FERRARI FILHO, F.; PAULA, L. F. **Globalização financeira**; ensaios de macroeconomia aberta. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARCANHOLO, M. D. **Abertura externa e liberalização financeira**: Impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90. Tese de doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

CANUTO, O., LAPLANE, M. Especulação e instabilidade na globalização. **Economia e Sociedade**. Campinas: IE-Unicamp, n.5, dez, 1995.

CARDIM, F. Mudanças no papel e nas estratégias do FMI e perspectivas para os países emergentes. In FERRARI FILHO, F.; PAULA, L. F. **Globalização financeira**; ensaios de macroeconomia aberta. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependencia y desarrollo en América Latina**. México: Siglo XXI, 1969.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise**. Ed. Unesp, São Paulo, 2002.

CHANG, H. J. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

CHESNAIS, F. Mundialização Financeira e Vulnerabilidade Sistêmica. In CHESNAIS, F. (Coord.) **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Ed. Xamã. 1999.

COUTINHO, L. Notas sobre a natureza da globalização. In **Economia e Sociedade**. Campinas: IE-Unicamp, n.4, junho, 1995.

CROCETTI, Z. S. **Geografia do neoliberalismo**. Disponível em: <http://www.revistaintellecator.cenegri.org/crocetti.pdf>. 2004.

DE BRUNHOFF, S. a instabilidade financeira internacional. In. CHESNAIS, F. **A finança mundializada**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2005.

EICHEGREEN, B. **Global imbalances and the lessons of Bretton Woods**. National Bureau of Economic Research. Working Paper, May, 2004.

ESTEVÃO, J. **Desenvolvimento econômico e mudança institucional: O papel do estado**. 2004. Disponível em: <http://www.iseg.utl.pt/departamentos/economia/wp/wp082004decesa.pdf>

FIORI, J. L. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 2. ed. Petrópolis: Vozes. 1999

FERRARI FILHO, F.; PAULA, L. F. **Globalização financeira: ensaios de macroeconomia aberta**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRENKEL, R. **Real exchange rate and employment in Argentina, Brazil, Chile and Mexico**. Buenos Aires: Cedes, 2004.

GALVÃO, O. J. A. Globalização e mudanças na configuração espacial da economia mundial: uma visão panorâmica das últimas décadas. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, 11(1): 61-97, jan./abr. 2007

HIRANO, S; Estenssoro, L. Padrões de desenvolvimento e de Oportunidade social na América Latina e no Leste Asiático. **Cadernos PROLAM/USP**, ano 5 - vol. 2, 2006.

HIRSCHMAN, A. O. Grandeza e decadência da economia do desenvolvimento. In: **A economia como ciência moral e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HOBSBAWN, E. **Sobre história**. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2000.

IANNI, O. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LORA, E., PANIZZA, U. **Structural reforms in Latin America under scrutiny**. Inter-American Development Bank, 2002.

KREGEL, J. Riscos e implicações da globalização financeira para a autonomia de políticas nacionais. IN: FERRARI FILHO, F.; PAULA, L. F. **Globalização financeira**; ensaios de macroeconomia aberta. Petrópolis: Vozes, 2004.

MCKINNON, R.I. **The Order of Economic Liberalization: financial control in the transition to a market economy**. Baltimore, John Hopkins University Press. 1991

MOLLO, M. L; AMADO, A. Globalização e blocos regionais. IN: FERRARI FILHO, F.; PAULA, L. F. **Globalização financeira**; ensaios de macroeconomia aberta. Petrópolis: Vozes, 2004.

OHMAE, C. **The Borderless World**. London:Collins, 1990.

Janaína Gonçalves; Ricardo Schmidt Filho

OLSON, M. Big bills left on the sidewalk: why some nations are rich, and others poor. **Journal of Economic Perspectives**, v. 10, n. 2, 1996.

PNUD (1992) **Human Development Report 1992**. Nova York, Oxford University Press, 1992.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SACHS, J. **External debt and macroeconomic performance in Latin America and East Asia**. Brookings Papers on Economic Activity, Washington, n. 2, 523-573, 1985.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Pobrezas e desigualdades no 3º mundo**. São Paulo: Nobel, 1997.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

STIGLITZ, Joseph. Rumo ao pós-Consenso de Washington. **Política Externa**, vol. 8, n° 1, jun 1998

VIANNA, S. Política econômica externa e industrialização, 1946-51. In: ABREU, M. (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

WILLIANSOM, J. What Washington Means by Policy Reform. In: **Latin American Adjustment: How much has happened?** Washington: Institute of International Economics. 1990.